

DOSSIÊ MARAMBAIA 2007

KOINONIA - Presença Ecumênica e Serviço

Entidades que compõem a Campanha Marambaia Livre!

Associação de Remanescentes de Quilombo da Ilha da Marambaia (ARQIMAR)
Associação de Comunidades Quilombolas do Estado do Rio de Janeiro (ACQUILERJ)
Coordenação Nacional das Comunidades de Quilombos (CONAQ)
KOINONIA - Presença Ecumênica e Serviço
Projeto de Direitos Econômicos Sociais e Culturais da FASE (DESC/FASE)
Centro de Articulação de Populações Marginalizadas (CEAP)
CRIOLA
Centro Pelo Direito à Moradia Contra Despejos (COHRE)
Centro de Assessoria Jurídica Popular Mariana Criola
Grupo de Defesa Ambiental e Social de Itacuruçá (GDASI)
Comissão de Meio Ambiente da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ)
Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC)
Rede Nacional de Advogados Populares (RENAP)
Justiça Global
Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil (CONIC)
Comissão Pró-Índio de São Paulo
Associação Brasileira de Antropologia (ABA)
Grupo Tortura Nunca Mais
HUMANITAS - Organização para Direitos Humanos e Cidadania

Este breve dossiê contém informações básicas para compreender o contexto vivido pela Comunidade Remanescente de Quilombo da Ilha da Marambaia. Trata-se do relato resumido do histórico da população quilombola, da conjuntura após a chegada da Marinha e, finalmente, da atual situação envolvendo diversas esferas do governo.

HISTÓRICO E CARACTERIZAÇÃO DOS QUILOMBOLAS DA ILHA DA MARAMBAIA

A comunidade da Ilha da Marambaia é formada por cerca de 161 famílias descendentes dos escravos do Comendador Breves, maior cafeicultor do país durante o império, que utilizava a ilha como entreposto do tráfico negreiro. Lá os negros trazidos da África se recuperavam da viagem para depois serem encaminhados a outras fazendas.

Com o fim da escravatura, e logo em seguida com a morte do Comendador, a fazenda entrou em decadência e foi desativada. As famílias negras permaneceram ali em posse pacífica até 1971, quando a ilha foi entregue ao Ministério da Marinha de Guerra.

Caracterização do grupo como *terras de uso comum / terras de preto*

Não só o modo pelo qual se deu a formação dessa posse, mas também a maneira como tais moradores organizaram a apropriação territorial, adotando uma apropriação coletiva da terra, faz com que a Ilha da Marambaia se enquadre, de forma absolutamente coerente, na caracterização sociológica das chamadas "terras de preto". As famílias de pescadores da Marambaia permaneceram, de fato, dentro de um regime próprio de uso do território, que ainda hoje pode ser documentado. Além da pesca, a população utilizava-se das terras da ilha para cultivos agrícolas de subsistência, que davam ao grupo uma grande capacidade de autonomia com relação ao continente e ao mercado. Nesses casos, estamos diante das "terras de uso comum" – categoria sociológica mais ampla da qual as "terras de preto" são uma variante –, nas quais o controle dos recursos básicos se dá por meio de normas específicas instituídas para além do código legal vigente e acatadas, de maneira consensual, pelos vários grupos familiares que compõem uma unidade social.

Os moradores também implantaram o controle e o uso coletivo e de caráter tradicional em um outro território sob seu domínio, o território marinho, que se constituiu como uma das alternativas mais importantes aos recursos agrícolas e que, depois das sucessivas transformações vividas pelo grupo pós-década de 1940, tornar-se-ia a sua principal fonte de recursos até os dias de hoje. Além disso, a análise do seu modelo de uso dos recursos pesqueiros caracteriza o grupo como um típico caso de pesca artesanal, que mereceria ser contemplada com um tipo específico de proteção, conhecida como reserva extrativista marinha.

A CHEGADA DA MARINHA

Esse regime foi alterado pela primeira vez com o impacto da atuação tirânica de um representante militar da Aeronáutica durante um estreito período na década de 20 e, depois, por influência da instalação da Escola de Pesca Darcy Vargas, em 1939. Nesse segundo momento, porém, a memória dos ilhéus identifica um período extremamente favorável, quando passaram a contar com serviços públicos de que não dispunham antes.

O terceiro impacto maior de agentes externos seria com a tardia implantação dos serviços da Marinha na ilha, em 1971, quando então os moradores, além de ter que conviver com os treinamentos militares, começaram a viver sob uma nova dinâmica social, repleta de restrições. São proibidos, por exemplo, de continuarem realizando suas roças de subsistência, de construir casas para filhos recém-casados ou mesmo reformar as já existentes e perdem os serviços públicos antes oferecidos, sem nenhum tipo de compensação por tais perdas. Daí advém a incompreensão de seus moradores com a possibilidade da justiça acolher as acusações, feitas pela Marinha a partir de 1998, de que eles são invasores de uma terra que o próprio Estado documenta estar sob suas posses desde o início do século XX.

Essas ações judiciais de reintegração de posse impetradas pela Marinha levaram à expulsão dos moradores da área. Sem apoio jurídico e na sua maior parte não-alfabetizados, aqueles que vão sendo condenados nesses processos são progressivamente expulsos. Tais processos foram cuidadosamente fragmentados em processos individuais, distribuídos por diferentes

varas, como forma de impedir que o caráter coletivo do conflito se manifestasse. No entanto, uma leitura em conjunto dos processos não deixa dúvidas de que se trata de uma *ação coletiva*: o mesmo autor, o mesmo objeto e as mesmas argumentações, tendo por réus pessoas que vivem sob as mesmas condições e que fazem parte de um grupo social estreitamente tecido por relações de parentesco e de memória.

Com a intensificação das ordens de despejo e destruição de casas, reiniciam-se as tentativas de organização dos moradores, assim como reuniões na pastoral social da igreja católica de Mangaratiba, que resultam em um abaixo-assinado, denúncias à imprensa, cartas às autoridades e, finalmente, num dossiê que foi entregue à Fundação Cultural Palmares (FCP).

Em janeiro de 1999, a Pastoral de Itaguaí escreve uma carta à FCP denunciando as constantes ameaças de despejo feitas pela Marinha contra as famílias residentes na Ilha e envia cópia de dossiê elaborado pela própria Diocese a várias autoridades. No entanto, o processo de expulsão dos moradores continuou. A partir de 2000, KOINONIA retomou os contatos com pesquisadores e militantes atuantes na região. Em fins de 2001, entregou relatório preliminar sobre a situação ao Ministério Público Federal (MPF), que em 2002 moveu uma Ação Civil Pública contra a Marinha de Guerra e a Fundação Cultural Palmares (FCP), exigindo da primeira a suspensão das ações (físicas e jurídicas) contra os moradores e da segunda, a realização dos estudos para reconhecer a comunidade como remanescente de quilombo. Em 2002, KOINONIA foi solicitada pela própria FCP a realizar o "laudo antropológico", que foi entregue em 2003.

Em novembro de 2004, é expedida a certidão oficial da Fundação, dando início ao processo de regularização fundiária da ilha, sob responsabilidade do Incra. No entanto, o trabalho do Incra foi diversas vezes interrompido em função da proibição por parte da Marinha da entrada dos técnicos. Só em fevereiro de 2006, o Incra voltou a entrar na Marambaia e finalizou a coleta de dados para a delimitação da área, mas para isso o Ministério Público Federal de Angra teve que entrar com uma liminar para garantir a entrada dos técnicos na ilha.

Outras instituições foram proibidas de entrar, como a equipe do projeto Balcão de Direitos – convênio entre KOINONIA e a Secretaria Especial de Direitos Humanos –, em agosto de 2005, o Centro Pelo Direito à Moradia e Contra Despejos (COHRE), em setembro, e o Projeto de Etnodesenvolvimento – convênio entre KOINONIA e o Ministério do Desenvolvimento Agrário.

OBS: Quanto às informações referentes ao trânsito de moradores e movimentos sociais à referida ilha e aos obstáculos impostos pela Marinha do Brasil à garantia dos direitos fundamentais da Comunidade Quilombola da Ilha da Marambaia, enviamos em anexo depoimentos colhidos no Seminário "*Memorial Marambaia*", fruto de parceria entre KOINONIA e o Ministério Público Federal do Rio de Janeiro, realizado em 2003, com a presença dos moradores da Ilha, órgãos públicos da União e do Estado – INCRA, FCP, Defensoria Pública, etc. – assim como juristas de expressão nacional ligados ao tema, pesquisadores, advogados, estudantes e representantes do movimento quilombola nacional.

Tais depoimentos também dizem respeito às tentativas por parte da Marinha do Brasil de desmobilizar a comunidade a formar a Associação, sobre o impedimento a práticas de subsistência e à pesca feita por nativos, sobre a violação do direito à educação, sobre as restrições ao direito de ir e vir, sobre o meio ambiente e outros tipos de constrangimentos.

A SITUAÇÃO ATUAL – JUSTIÇA DÁ GANHO DE CAUSA À MARAMBAIA, MAS O DIREITO DA COMUNIDADE AINDA PODE SER AMEAÇADO

O processo de regularização das terras quilombolas da Ilha da Marambaia, que desde agosto estava paralisado, retomou seu andamento normal no dia 6 de dezembro. Nesse dia, saiu a decisão da 3ª Vara Federal na Seção Judiciária do Distrito Federal concedendo o pedido de liminar do Mandado de Segurança que a Associação de Remanescentes de Quilombo da Ilha da Marambaia (ARQIMAR) moveu contra o INCRA no final de outubro. Isso quer dizer que a Justiça concordou que a anulação da portaria que publicava o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) do próprio INCRA foi um ato ilegal.

O RTID, produzido pelo Incra, é uma peça importante no processo de regularização fundiária de territórios quilombolas. É nele que constam todas as informações que vão definir o tamanho da área a ser titulada em nome dos quilombolas, assim como o cadastro de todas as famílias da região.

No dia 14 de agosto, o RTID foi publicado no Diário Oficial, como determina o Decreto Presidencial 4.887/03. Porém, no dia seguinte, o Superintendente do Incra-RJ Mário Lúcio Machado Melo, recebeu do Presidente do Incra Nacional, Rolf Hackbart, uma ordem para emitir nova portaria tornando a publicação do RTID insubsistente. Segundo o procurador do Ministério Público Federal Daniel Sarmento, a determinação partiu da própria Chefe da Casa Civil, Dilma Roussef, que considerou a publicação um ato de insubordinação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que teve seus recursos federais suspensos até que a portaria que invalida o relatório fosse publicada. Diante desse ato arbitrário e sem amparo legal, a ARQIMAR, com o apoio da *Campanha Marambaia Livre!*, decidiu processar o Instituto.

O Dr. André de Vasconcelos Dias, do Ministério Público Federal (MPF) em Angra dos Reis, também moveu uma contra o Incra. A ação civil pública do MPF é praticamente a mesma do Mandado de Segurança: pede, em liminar, a anulação da portaria que revogou o relatório técnico e que o órgão dê prosseguimento imediato à titulação definitiva das terras. Além disso, o presidente do INCRA, Rolf Hackbart, já responde a uma ação por improbidade administrativa, também movida pelo MPF de Angra.

No entanto, o andamento do processo de titulação ainda pode estar ameaçado. O Incra pode pedir a suspensão da liminar ou recorrer da decisão. Os quilombolas da comunidade da Ilha da Marambaia, assim como as entidades que compõem a *Campanha* e que acompanham o caso, esperam que a Justiça mantenha a decisão e determine que o processo de regularização fundiária prossiga pelas vias legais, sem intervenção de negociações políticas no âmbito do Governo Federal.

Contatos:

Vânia Guerra

Presidente da Associação Quilombola da Marambaia (Arqimar)
(21) 9714-7526

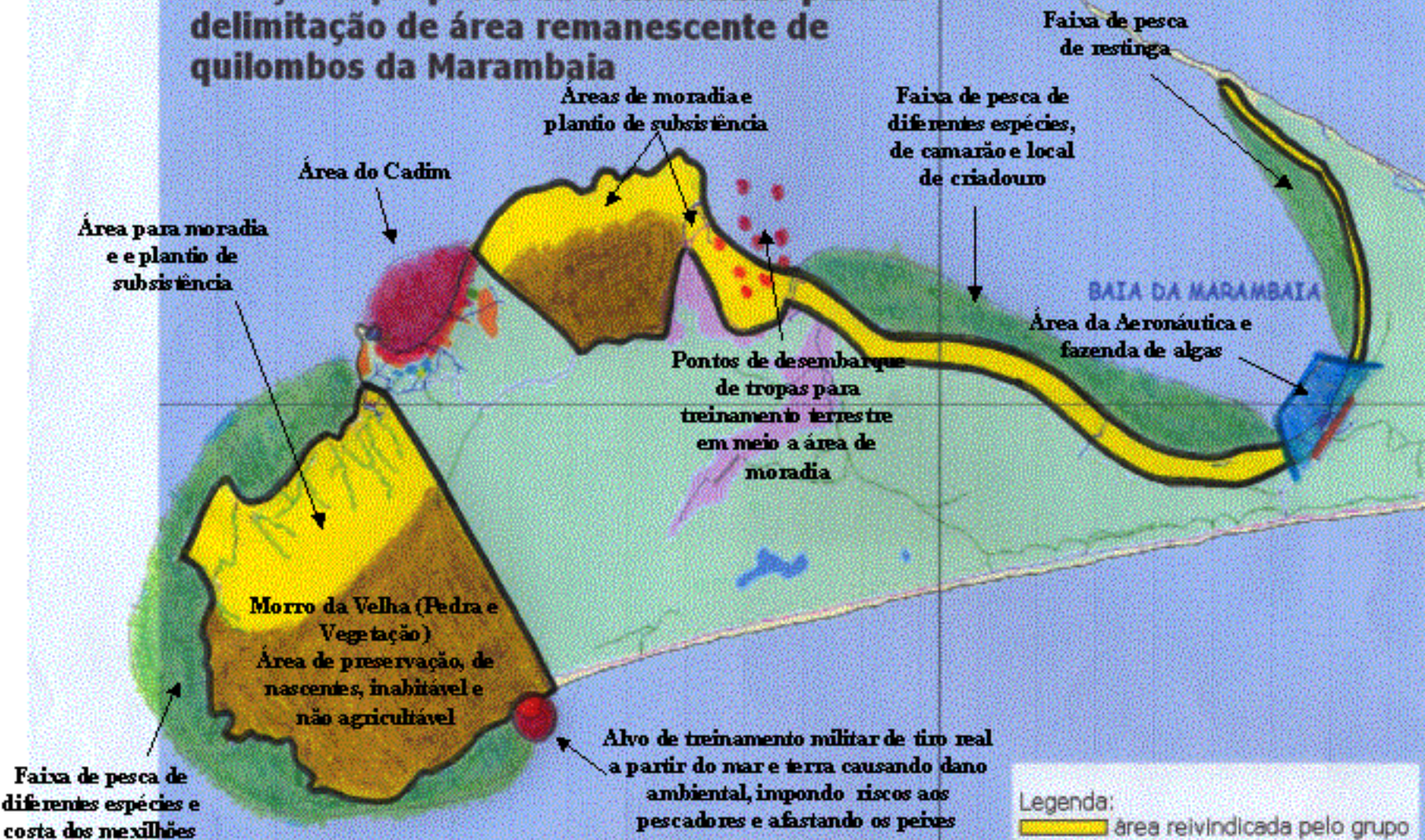
Alúcio Barcellos

Vice-presidente da Arqimar
(21) 9695-7032

KOINONIA

Programa Territórios Negros e do Observatório Quilombola
(21) 2224-6713 / 9134-2151 territoriosnegros@koinonia.org.br

Esboço da proposta da comunidade para a delimitação de área remanescente de quilombos da Marambaia



ANEXO

MEMORIAL MARAMBAIA - Depoimentos

O Memorial da Marambaia foi um seminário fruto de parceria entre KOINONIA e o Ministério Público Federal (MPF) do Rio de Janeiro. Realizado em maio de 2003, o seminário se propôs a apresentar um abrangente painel sobre a situação dos ilhéus da Marambaia.

A seguir, apresentamos os depoimentos colhidos no evento e divididos em seis seções. Cabe ressaltar que na época a Marinha abriu uma sindicância e intimou os moradores para que se pronunciassem a respeito dos depoimentos prestados pela comunidade quilombola durante o seminário.

Para mais informações acesse o Dossiê Marambaia (www.koinonia.org.br/oq/home_dossie1.htm)

1) Sobre as tentativas por parte da Marinha de desmoralizar a comunidade a formar a Associação

Dionato (Então presidente da ARQIMAR)

"Desde que começou a época de derrubada de casas e a retirada dos moradores da Ilha, nós começamos a procurar os nossos direitos aqui na cidade do Rio de Janeiro. Muitas vezes saímos em grupo para vir aqui na Rua da Assembléia e todas essas vezes fomos bem recebidos. Mesmo assim, continuaram os problemas na Ilha.

Cada vez que vínhamos aqui, dava a impressão de que estávamos incentivando os militares da Marinha. Passamos por todos esses problemas e chegamos a um ponto que cansamos dessa coisa. Então, começamos a pensar em uma associação de moradores. Durante muito tempo, ficamos só pensando e planejando. Uns diziam que não podia, porque a Marinha não deixava ser formada uma associação naquela área, e, com medo, não progredimos até que, em 1990, houve a formação de uma associação que era a Associação dos Amigos da Ilha da Marambaia.

Essa associação não evoluiu e eu não sei o motivo, mas parece que ficou no esquecimento e tinha muita pressão também de alguns da Marinha. O pessoal amedrontado não levou à frente essa associação. Nós, então, vivemos um dilema, pois estávamos com muito medo e receio - ficamos um tempo apreensivos com tudo o que acontecia. Não podíamos ver um militar naquela área, pois quando algum chegava em nossas praias era um terror que nós sentíamos. Todos armados entrando pelos quintais; sentíamos uma coisa muito desagradável.

Felizmente, começamos a procurar as autoridades e encontramos o Dr. Daniel Sarmiento, que até hoje nos apóia muito. Procuramos o Dr. Daniel trazendo algumas falhas que existiam lá na Marambaia por intermédio do Bertolino e da Vânia, que saíam mais para se encontrar com ele. Daí por diante, o Dr. Daniel começou a entrar nos problemas e marcou uma reunião com a Comunidade da Ilha da Marambaia.

Nessa reunião, todos foram ao seu encontro no ponto da barca. Dali começou-se a criar uma esperança para essa comunidade. Tocamos no assunto da associação e dissemos que a Marinha não deixava criar essa associação. Então o Dr. Daniel nos encorajou dizendo que a associação poderia ser montada em qualquer lugar do Brasil, que aquilo estava na Constituinte e que não estávamos fazendo nada que desagradasse o Governo ou a quem quer que seja.

Então, dali para cá, nos unimos e nos preparamos para a nossa associação. Trabalhamos muito. Foi e é cansativo, mas conseguimos montá-la. Marcamos uma eleição com duas chapas e, no dia 4 de março, eu concorrendo com a Dona Beatriz e a Dona Sônia, ganhei a disputa, que digo que foi dura, por um voto (risos). Hoje estou aqui para ajudar a comunidade e trabalhar com os moradores. Precisamos do apoio de toda a comunidade para que juntos possamos fazer uma associação com toda a boa vontade mesmo.

O nosso pensamento é lutarmos por melhores condições para a nossa região, trazendo seus moradores para essa participação, incentivando e fortalecendo o espírito comunitário. O objetivo é instituir e executar programas de ação visando à preservação do meio ambiente e dos recursos naturais, bem como do patrimônio histórico e cultural da área. Devemos apoiar e nos filiar a entidades legais e lutar pela união da comunidade com a AOM existente da Ilha. Devemos servir aos interesses da comunidade buscando apenas o necessário a sua sobrevivência e buscando também apoio político externo.

Então, são essas as finalidades em nossa associação. Não temos ainda uma sede para que possamos fazer o nosso trabalho na Ilha da Marambaia. Fazemos as reuniões um dia em uma casa, outro dia em outra, e não sei até quando vamos ficar pulando de galho em galho.

Já fui ao comando da Marinha e levei essas dificuldades. Ele achou muito difícil nos ajudar. Ele disse: "Vocês fazem um projeto e tragam aqui para discutirmos ou vermos o que podemos fazer. Ou, vocês escolhem, se tiver uma casa vazia, sem moradores, vocês vão fazendo as reuniões de vocês nessa casa vazia." Depois ele falou: "Vocês vão ter que esperar até que tudo fique acertado entre a comunidade e a justiça." Disse para ele que estava tudo bem e que já sabia que não teríamos nossa associação tão cedo. "O senhor deseja mais alguma coisa?", ele me perguntou. "Não, não senhor; o senhor já me disse tudo." Agradei e fui embora.

Então, são esses impasses que acontecem na Ilha da Marambaia. Às vezes, sofremos tanta pressão que pensamos que estamos sozinhos. "Será que não tem ninguém para nos ajudar?", pensamos essas coisas.

Contudo, algumas pessoas chegam e dizem que temos, sim. O nosso problema a gente entrega na mão de Deus e alguém há de olhar por nós também. Estamos levando esse programa adiante, com muita força de vontade, e iremos erguer essa associação com tudo o que tem direito, nem que tenhamos que pedir pelo mundo afora, mas a nossa associação, desta vez, não cairá. Só isso."

Adriano (Ex-morador da Ilha)

"Ao ouvir a explanação do Naná (Dionato), quando disse que o contato que teve com a Marinha resultou em uma negativa com relação à construção de uma sede, fiquei muito preocupado, pois, como foi dito antes, nós já sabemos que a Marinha é especialista em usar esse tipo de estratégia.

Não estariam eles tentando desmobilizar toda a comunidade no sentido de que, já que não existe um lugar para reuniões, automaticamente este movimento vai se enfraquecer? Antes apareciam 70 pessoas, depois o número cai para 20 ou 30 até acabar, como acabaram as outras. Então, o meu apelo é que todos os presentes que estarão voltando para a Marambaia levem isso bem firme na cabeça. Fizemos várias reuniões na Marambaia sem sede e compareceram muitas pessoas. Enquanto não existir sede, vamos fazer na sombra de uma árvore ou onde quer que seja, mas não deixem de se reunir, simplesmente porque não existe uma sede.

Essa é minha preocupação porque pode ser uma estratégia para dificultar até que nós desistamos. Então, as 30 ou 40 pessoas que estão aqui devem levar essa mensagem para os outros que não puderam vir e reforçar este apelo."

Sônia (Membro da ARQIMAR)

"Gostaria de relatar um episódio. Terça-feira estive na Sala de Inteligência da Marinha para pegar a minha documentação, no caso, um comprovante de residência. Passei minhas informações e a do meu pai também. Então, eles disseram que para fazer a declaração de residência precisávamos especificar para quem e para que fim, por exemplo, Hospital de Mangaratiba. A Marinha não dá comprovante de residência único para todos os fins, pois assim ficamos submissos a eles.

Eu falei para ele que não precisava especificar o fim e que queria um papel que servisse para qualquer lugar que eu fosse. Ele falou que não podia. Então, eu disse que era uma componente da Associação e que queria um comprovante de residência para me registrar na Associação. A minha casa é ao lado da minha sogra, parede com parede, então o meu número é o mesmo da minha sogra, sendo que a minha família é uma e a família dela é outra.

Ele falou que pela lei eu não tinha casa. Eu respondi que a casa da minha sogra era a 84A e a minha 84B. Ele falou: "A senhora sabe que não tem casa. E tem outra coisa: agora em julho, vão vir uns papéis de uma juíza." Ele começou a falar umas abobrinhas e continuou falando que, se já não temos casa atualmente, futuramente menos ainda, porque uma advogada já estava tomando conhecimento e, com certeza, na Marambaia não ficaria nenhum morador.

Eu respondi: "Quando acontecer isso, nos prove, pois estamos lutando pelo contrário. Estamos lutando pelo nosso direito, se é que você não sabe."

Sou uma das pescadoras de garoupa. Estou falando em público. Não tenho medo, porque se não abirmos a boca, não chegaremos a lugar nenhum. Então, estávamos lá, eu e mais algumas pessoas. Não sei se elas vão querer assumir, e os militares estavam colocando em letras bem grandes: "afastem-se da área militar". Nunca houve isso lá nesses anos todos, somente após a Associação."

2) Sobre o impedimento a praticas de subsistência e à pesca feita por nativos

Dionato (Então presidente da ARQIMAR)

"Venho com uma denúncia: é que lá na Ilha da Marambaia, o Dr. Daniel Sarmiento já foi lá - parece-me que duas vezes -, nós sentimos que estamos bem apoiados e que tudo vai correr bem conosco. Só que, quando se passa algum tempo, tudo começa a voltar ao que era.

Tenho uma denúncia que vem dos pescadores de garoupa, que pescam de caniço. Voltando de uma pesca, se encontraram com dois militares na praia do Sino. Essa praia fica a mais ou menos uma hora e meia do CADIM. Esses dois militares disseram que eram do Serviço de Inteligência e começaram a fazer perguntas. Nessa praia, tinha uma rede armada no mar. Os pescadores deixam essa rede de um dia para o outro para o peixe bater na rede e ficar preso. A rede era de um senhor que já tem setenta e poucos anos. Eles disseram que aquela rede não podia ficar ali. Então, os pescadores começaram a debater com eles, e eles disseram que iam tirar a rede do mar e botar na praia. Os militares

mandaram tirar, mas eles não tiraram, e então os dois disseram que ali não poderiam mais colocar a rede.

Tem o ranchinho também. No caso, o carro é guardado na garagem e onde se guarda a canoa chamamos de rancho. Então, existe lá um rancho há muitos anos. Eles disseram também que aquele rancho estava fora do regulamento da Marinha. O rancho que já existia antes da Marinha chegar na Ilha da Marambaia. Esta é uma praia que não é freqüentada e as pessoas só vão para passear. Eles alegaram que ali é uma área de desembarque. Agora, desembarque de quê?"

Sônia (Membro da ARQIMAR)

"Gostaria de também relatar esse episódio em que um militar falou que ia tirar a rede do meu tio. Eu perguntei: "Por que vai tirar?". "Porque isso é uma área na qual há desembarque", ele respondeu. Nunca houve desembarque ali. Também não atrapalha as embarcações, porque a rede do meu tio fica bem perto do mar. Ele falou que ali era uma área que não poderia ficar mais rede nenhuma. Comentei com o meu tio que ficou aborrecido e disse que só se a Marinha o chamasse.

Eu e outros apelamos e pedimos para que não tirassem a rede. Então, o militar falou que não ia tirar, mas que seria bom que fosse até a Sala de Estado e comunicasse ao comandante que é ele que vai dar uma ordem para tirar o rancho onde se guardam as canoas e as embarcações.

Depois, ele disse que ia tirar sim. Eu disse que aquilo era um abuso, uma afronta, que nunca houve isso e que não era justo que ele fizesse isso com um homem de setenta e poucos anos. Ele falou que naquele dia não ia tirar a rede, mas que, no dia seguinte, se encontrasse a rede ali, com certeza tiraria. Falei: "Bem, vamos ver; fica a seu critério." Perguntei se foi por ordem do comandante e ele não disse nada.

No dia seguinte, falei para ele que o que eu queria que ele fizesse não era tirar a rede dos pescadores que estavam ali, mas sim tirar as lanchas que vão aos finais de semana, de sexta a domingo, com pessoas que têm condições. Com suas lanchas enormes, vão pescar e nos tiram o direito de pescar, porque são mais de 15 lanchas. Nós, com nossos pequenos caniços em cima da pedra, contra eles, mergulhando. Vão tirar o que, por direito, é nosso, então nós perdemos. O que vem para nós é o mínimo, e eles saem de lá com o que eu acho que é nosso."

Vânia Guerra (Atual presidente da ARQIMAR)

"Como os senhores estavam falando, a nossa luta tem sido muito restrita. Só agora estamos tendo capacidade de falar, porque estamos sendo ouvidos. Não era falta de capacidade de nossa parte, mas sim falta das leis que não nos abrangiam e que não nos tomavam em conta, porque vivíamos às margens do Brasil, como tantos outros. Apesar de nos dizerem "não, vocês não vivem mais às margens", estamos sempre às margens.

Na Ilha de Marambaia, não existe mais a economia de subsistência, porque não nos permitem mais plantar. Mesmo assim, quando existia roça e a Marinha assumiu, os roçados eram depredados pelos militares, que colhiam e diziam que eram deles, porque estávamos usando as suas terras. Então, não tivemos mais condições de plantar. Com certeza, depois de ouvir o professor, fiquei entendendo que isso é um meio de nos manterem num cercado, porque ficaríamos dependendo deles.

Por outro lado, todos os materiais que tínhamos para promover a nossa subsistência foram destruídos. Como o Dionato, presidente da nossa Associação,

falou sobre a pesca da praia do Sino, outras embarcações também ficam à mercê do tempo, pois não podem fazer rancho.

Também não podemos fazer as nossas casas. A minha, por exemplo, está caindo. Uma senhora já perdeu a casa e se encontra embaixo de tenda. A Marinha cedeu uma barraca e ela está lá debaixo. A casa despencada de um lado e ela no quintal sob a tenda da Marinha. E sempre nos é alegado a liminar da doutora Lucy Costa.

Além disso, não temos mais as casas de farinha. As únicas que restaram foram queimadas, mas ninguém de nós vai lá na Sala de Estado ou vem aqui dizer: "nós vimos militares queimando". Não iremos lá e nem aqui, perante os senhores, não vamos dizer. Quem viu não vai dizer. Quem viu vai contar para a gente, mas quem vai nos garantir que ele vai vir aqui afirmar? Então, nós não vamos dizer como foi que a casa de farinha queimou.

3) Sobre a violação do direito à educação

Sônia (Membro da ARQIMAR)

"Com relação à escola, eu não acho que só a Marinha é culpada. É meu ponto de vista. Acho que a prefeitura também tem culpa, porque, se o colégio é da prefeitura, então o prefeito é que tem que tomar a iniciativa e lutar por isso. A escola não é da prefeitura? Por que ele não coloca melhores condições?"

O prédio da escola é da Marinha, mas e as merendas e as coisas que estão faltando? Não é o governo, não é a prefeitura que tem que fazer isso? Então, temos que correr atrás, porque nossos filhos também estão passando por esse problema.

A nossa professora, às vezes, pede para as mães falarem sobre o que está acontecendo; sobre o que elas querem que melhore. Nós recorremos, então. Nós não temos recursos. Outros colégios têm ótimas merendas, têm psicólogos. Nossos filhos também precisam de tratamento dentário; nossos filhos também têm problemas de vista. Mas não somos atendidos em nada do que pedimos, por quê?"

Já vi o prefeito ficar a metros de distância porque ele não podia entrar na Ilha da Marambaia. Ficou do lado de fora, escoltado, enquanto sua esposa foi dar para gente as cestas básicas.

Isso acontece de ano em ano, e o prefeito passeando de lancha porque não podia entrar na Ilha. Acho isso o cúmulo! Se temos que falar, vamos falar. Eu luto desde 1990, saindo grávida para várias reuniões, e praticamente criei meus filhos em embarcações. Promovia, corria. Existem fotos provando que lutávamos mesmo?"

Vânia Guerra (Atual presidente da ARQIMAR)

"Anos atrás, nós moradores, junto com a então diretora da Escola Levy Miranda, que está aqui presente, e com outros professores, lutamos para conseguir o Ensino Fundamental completo. Isso foi em 1998. De lá para cá, não temos nenhuma visão de melhoramento, porque é muito difícil para esses professores manter o ensino... Não por culpa deles, mas por vários fatores que sabemos. Temos que ser ajudados!"

O município tem uma responsabilidade muito grande conosco, porque a Marambaia faz parte dele, mas há grandes impedimentos que não deixam chegar essas ajudas. Nenhuma dessas ajudas chega nem para a escola, nem

para o hospital, nem para lugar nenhum. Não nos chega ajuda alguma. Podemos dizer: "Não, não estamos de braços cruzados" ou "Estamos aceitando...". Não, não estamos aceitando, mas, por hora, para onde vamos correr? Graças a Deus, estamos aqui e podemos ser ouvidos, mas o quanto isso nos custou e o quanto isso ainda pode nos custar, principalmente ao voltarmos para casa? É muito fácil estarmos aqui falando, mas a questão vai apertar quando chegarmos lá (na Ilha), porque é como se saíssemos aqui do mundo, entrássemos em outro e a cortina fosse fechada.

Os senhores aqui não sabem e nem têm como saber o que está acontecendo com a gente lá na Ilha. Então, de certa forma, não que tenhamos medo de falar, mas tememos pelos outros que deixamos lá; mas ainda assim estamos aqui. Os senhores imaginam quantos queriam estar aqui, mas o medo não deixou estar.

É por isso que a gente precisa ter mais confiança no Governo e, como se falou, se a gente tem que esperar alguém para dizer quem somos para tomar alguma resolução...

Só queria passar um pouco da situação da Marambaia aos senhores."

4) Sobre os transportes: restrições ao direito de ir e vir

Joeci (Membro da ARQIMAR)

"Exemplo do que ocorre na Ilha é o caso de hoje. A gente saiu para vir ao seminário numa embarcação que a Koinonia nos cedeu e o oficial de serviço pegou o nome de todos os moradores que estavam saindo. Isso é normal? Não era embarcação deles, mas uma embarcação alugada para pegar a gente."

Adriano (Ex-morador da Ilha)

"Eu participei junto da comunidade naquela visita que a Promotoria fez à Ilha da Marambaia quando, na oportunidade, o Comandante justificou que não se pretendia impedir a saída de ninguém ou qualquer coisa parecida e nem dificultar os estudos. Mas, ao ouvir a fala da Jô, a colega que disse que a Marinha pega a relação das pessoas que estão saindo mesmo em barcas particulares, o que a gente sente? Que existe de forma velada uma tentativa de intimidação. Não tenho uma pergunta, eu só quero aproveitar este momento para falar sobre como a comunidade pode transpor essas barreiras, porque, se eles agem dessa forma, muitas pessoas numa próxima oportunidade talvez deixem de comparecer, alegando: "Meu nome ficou preso lá no comando, eu posso sofrer algum tipo de sanção." Mas vocês estão realmente de parabéns - continuem participando e buscando o objetivo de vocês, que é o nosso também. Só para não me estender, todos nós passamos por situações tão constrangedoras quanto essa questão da embarcação, de entrada na Ilha e outras coisas. Na minha própria casa, recolheram telhas que eles nem compraram, foram compradas com o suor do meu pai e de meus irmãos que trabalhavam na Ilha. Com que direito recolheram essas telhas, não sei, isso é só um exemplo."

5) Outros tipos de constrangimento

Sônia (Membro da ARQIMAR)

"Quando a gente pensava que não tinha solução, eu entrava em desespero. Tem uma pessoa aqui que é da Igreja Batista, que é o Ademir Santana, que me cortou o coração, quando nessa luta eu falei: "Gente, acho que vamos perder até o direito a nossas casas." Chorando, ele falou: "Sônia, me sinto um peixe fora d'água."

Quando a Marinha colocava nossas casas na Justiça, isso nos cortava o coração. Era um corre-corre, pois não cuidava dos meus filhos. Tinha filho pequeno, pedia para a minha sogra cuidar do meu filho, porque eu ia sair.

Dependia do padre Galdino, que foi uma bênção em nossas vidas. Não queria mencionar isso, mas o capelão da Marambaia, não vou citar o seu nome, foi quem nos deu todo o apoio possível.

Na época do padre Galdino, ele nos dava todo o apoio e falava que nós não podíamos deixar a Ilha porque a Ilha não era da Marinha. "Quando a Marinha veio para cá vocês já existiam", ele dizia.

Teve uma casa que foi demolida, embora a pessoa negue. A Alessandra, eu lamento, mas não sei esconder nada. Eu sou clara, mas ela se nega a entregar uma fita que mostra a casa sendo demolida e os marinheiros armados, com armas em punhos. As pessoas fotografavam e eles quebravam as máquinas, tiravam os filmes e não permitiam que fotografássemos ou filmássemos.

Então é isso. Estou fazendo um apelo. Que as pessoas da igreja, que têm contato com ela, conversem com ela para que ela venha mostrar essa fita. Essa fita é importante. Que venha mostrar verdadeiramente a coisa. Não é para ficar ocultando o que se passa porque, ao fazer isso, nós estamos perdendo tempo. Nós não vamos ganhar nada com isso e, para que nós venhamos a ganhar essa luta, temos que mostrar tudo o que temos. E só isso."

Vânia (Atual presidente da ARQIMAR)

"Para a reflexão de todos ainda tenho alguma coisa da minha comunidade para deixar presente: é a questão do que é real ou irreal. A invasão da Ilha com os comentários da Marinha é no sentido de que, se nos organizarmos e tomarmos posse das nossas vidas, seremos donos do nosso destino, como estamos querendo. Isso nos valeria a perda da Ilha, porque nos deixarão sós e qualquer um vai invadir, como já foi dito aqui.

Também já foi falado sobre as pessoas que moram próximas ao quartel. É bom que fique claro também que essas pessoas recebem, no mínimo, R\$ 40,00 por mês para trabalharem o mês inteiro. Muitas dessas pessoas recebem. Outra coisa que nos preocupa, enquanto ARQIMAR, é o fato de nossas relíquias históricas estarem sendo tiradas. Foram retiradas sem o nosso conhecimento. Foram tiradas as pedras, foram cortadas e levadas por arqueólogos.

Outra coisa também está relacionada às leis municipais. Alguns falam "é município, pertence à Mangaratiba", "estamos sob as normas e as leis de Mangaratiba". Isso não parece verdade, pelo menos no fato ligado às entregas das placas solares. Elas não nos foram concedidas porque a Marinha não permitiu que Mangaratiba implantasse na Ilha o sistema de placas solares. Por isso, ficamos sem esse benefício do Governo."

"Outro fato também, Dr. Daniel, é aquilo que o senhor falou de ter ouvido comentários de que não ganharia a luta nos defendendo. Também ouvimos que não adianta nada a luta contra a União, porque nunca ninguém ganhou. Dizem que nós não venceremos e que não adianta a Justiça dali, esse grupo dali, porque ninguém ganha da Marinha. Claro que isso é por deboche. A gente sabe que é um meio de tentar nos fazer recuar, mas é bom deixarmos claro que isso acontece com frequência.

Outra coisa: também há arbitrariedades. Um fato muito grave que aconteceu na Ilha foi na ocasião da morte prematura de um militar. Vieram outros militares e tiraram nativos de suas casas para depor sobre essa morte sem que esses nativos soubessem nada a respeito. Ninguém nos passou o motivo disso. Peço

que a mesa nos oriente mais um pouco sobre isso, porque precisamos desse tipo de orientação. Como é sabido, ficamos lá como se estivéssemos entre quatro paredes.

Outra coisa que nos deixa à mercê da Marinha é a falta de conhecimento, pois, como não temos condições de estudar, o ensino é mínimo e os senhores já sabem das dificuldades. Toda nossa forma de organização assusta muito e cada morador interpreta de maneira às vezes razoáveis e outras não."

6) Sobre o meio ambiente

Adriano (Ex-morador da Ilha)

"Em relação ao meio ambiente, ele sempre foi muito respeitado, seja no aspecto da pesca ou da roça. Está aqui o Joel, um dos mais antigos da nossa comunidade, para comprovar... Existiam períodos certos para pescar determinado tipo de peixe e com um determinado tipo de rede. Hoje, com todo o rigor, os pescadores que não têm condição de sair da área. Embarcações tipo canoa ou lanchas pequenas estão sendo prejudicadas pela pesca predatória, porque as grandes embarcações arrastam a noite inteira com qualquer tipo de rede sem fiscalização nenhuma. É isso o que realmente está destruindo. A relação nativo da Marambaia/meio ambiente era uma relação harmoniosa. Essa questão de preservação não veio depois; ela antecedeu à Marinha em muito tempo. Era só este aparte que eu queria fazer."

Xilo (Membro da ARQIMAR)

"Voltando ao assunto meio ambiente. Há uns meses, fui procurado por dois fiscais do Ibama. Chegaram com um suboficial da Marinha e me foi feita a seguinte pergunta: "O que os senhores fazem com o lixo doméstico?" Respondi: "Nós queimamos, porque não temos como retirar o lixo ou outro meio de consumi-lo." Então, ele me acompanhou até a praia e ficou olhando alguns objetos jogados na areia: garrafas plásticas, copos plásticos, etc.

"Vocês fazem isso aí? E isso aí jogado?", ele perguntou. "Isso não é problema nosso. São as visitas que chegam daí do quartel que passam no mercado, compram o refrigerante, colocam na sacola e levam para as praias. Depois vão embora e deixam lá. Os cachorros vêm, rasgam as bolsas e sacolas plásticas e o lixo se espalha pela praia toda", eu respondi.

No regresso, um dos fiscais perguntou para o suboficial: "E aquela lixeira que tem lá atrás?" O suboficial disse: "Ah, é da Marinha. Nós já avisamos, é do Comandante, mas o Comandante não retira." Quer dizer, a maior agressão ao meio ambiente eles é que fazem.

Qualquer pessoa que for lá a qualquer hora vai ver que existe lixo na mata toda ali atrás de onde eu moro. Naquele campo, é um monte de lixo aqui, outro lá, uma lixeira queimada lá. Aquilo é um desastre total para a natureza.

Todo o material que dificilmente será consumido em poucos anos eles jogam ali. Para as pessoas, eu creio que eles passam o seguinte: "Isso é lixo dos moradores." Não somos nós; são eles mesmos. Que isso fique bem claro! Fiz questão de tocar nesse ponto porque para todos que vão lá os remanescentes é que fazem a destruição, mas são eles que não têm escrúpulos de onde jogar o seu lixo. Jogam em qualquer canto. Na Ilha tem vários lugares em que existe foco de lixo jogado na mata, dentro da mata. É isso."